

AVALIAÇÃO FUNCIONAL COMO EIXO DO PEI: POR QUE AINDA ENSINAMOS SEM MEDIR HABILIDADES REAIS DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA?

FUNCTIONAL ASSESSMENT AS THE CORE OF THE IEP: WHY DO WE STILL TEACH WITHOUT MEASURING THE REAL SKILLS OF STUDENTS WITH DISABILITIES?

EVALUACIÓN FUNCIONAL COMO EJE DEL PEI: ¿POR QUÉ AÚN ENSEÑAMOS SIN MEDIR LAS HABILIDADES REALES DEL ALUMNO CON DISCAPACIDAD?

Camila Cristina da Costa Santos
Orientador: Prof. Dr. Rodger Roberto Alves de Sousa

RESUMO

Este estudo analisou o papel da avaliação funcional como eixo estruturante do Plano Educacional Individualizado (PEI) na educação especial, enfatizando a importância do ensino baseado em dados para a promoção de práticas pedagógicas efetivas e inclusivas. A investigação fundamentou-se na análise teórica e documental de produções científicas sobre avaliação funcional, ensino individualizado, habilidades adaptativas, acadêmicas e sociais, bem como no uso de dados para o monitoramento contínuo do progresso do aluno com deficiência. Os resultados indicam que o PEI, quando orientado por informações objetivas sobre o desempenho do estudante, deixa de ser um instrumento burocrático e passa a funcionar como um guia dinâmico de tomada de decisões pedagógicas. Observou-se que a definição de metas mensuráveis, o acompanhamento sistemático das respostas do aluno às intervenções e o ajuste contínuo das estratégias de ensino favorecem avanços mais consistentes na aprendizagem e na autonomia. Em contraste, práticas baseadas apenas em intuição ou em expectativas curriculares genéricas tendem a produzir intervenções pouco eficazes e a manter o fracasso pedagógico. Conclui-se que a articulação entre avaliação funcional, uso de dados e ensino individualizado fortalece a qualidade da educação especial e amplia as possibilidades de inclusão escolar, ao alinhar o planejamento educacional às reais necessidades e potencialidades dos alunos.

Palavras-chave: Avaliação funcional; plano educacional individualizado; educação especial.

ABSTRACT

This study analyzed the role of functional assessment as a structuring axis of the Individualized Education Plan (IEP) in special education, emphasizing the importance of data-driven teaching for the promotion of effective and inclusive pedagogical practices. The investigation was based on the theoretical and documentary analysis of scientific productions on functional assessment, individualized teaching, adaptive, academic and social skills, as well as the use of data for the continuous monitoring of the progress of students with disabilities. The results indicate that the IEP, when guided by objective information about student performance, ceases to be a bureaucratic instrument and begins to function as a dynamic guide for pedagogical

decision-making. It was observed that defining measurable goals, systematically monitoring student responses to interventions, and continuously adjusting teaching strategies promote more consistent progress in learning and autonomy. In contrast, practices based solely on intuition or generic curricular expectations tend to produce ineffective interventions and perpetuate pedagogical failure. It is concluded that the articulation between functional assessment, data use, and individualized instruction strengthens the quality of special education and expands the possibilities for school inclusion by aligning educational planning with the real needs and potential of students.

Keywords: Functional assessment; individualized education plan; special education.

RESUMEN

Este estudio analizó el papel de la evaluación funcional como eje estructurante del Plan Educativo Individualizado (PEI) en educación especial, enfatizando la importancia de la enseñanza basada en datos para promover prácticas pedagógicas eficaces e inclusivas. La investigación se basó en el análisis teórico y documental de la producción científica sobre evaluación funcional, enseñanza individualizada, habilidades adaptativas, académicas y sociales, así como en el uso de datos para el seguimiento continuo del progreso del alumnado con discapacidad. Los resultados indican que el PEI, al basarse en información objetiva sobre el rendimiento del alumnado, deja de ser un instrumento burocrático y se convierte en una guía dinámica para la toma de decisiones pedagógicas. Se observó que la definición de metas mensurables, el seguimiento sistemático de las respuestas de los estudiantes a las intervenciones y el ajuste continuo de las estrategias de enseñanza promueven un progreso más consistente en el aprendizaje y la autonomía. Por el contrario, las prácticas basadas únicamente en la intuición o en expectativas curriculares genéricas tienden a producir intervenciones ineficaces y a perpetuar el fracaso pedagógico. Se concluye que la articulación entre la evaluación funcional, el uso de datos y la instrucción individualizada fortalece la calidad de la educación especial y amplía las posibilidades de inclusión escolar al alinear la planificación educativa con las necesidades y el potencial reales de los estudiantes.

Palabras clave: Evaluación funcional; plan educativo individualizado; educación especial.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial inclusiva tem sido amplamente promovida pelas políticas públicas contemporâneas como um direito fundamental para alunos com deficiência, com instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI) instituídos para orientar práticas pedagógicas personalizadas. O PEI, em sua concepção formal, deve refletir as necessidades educacionais específicas de cada estudante, orientando metas, estratégias e recursos pedagógicos adaptados para

promover aprendizagem efetiva (SANTOS et al., 2025). No entanto, observa-se uma lacuna significativa entre o conteúdo desses planos e o **funcionamento real do aluno na prática escolar**, o que revela um descompasso entre o que é planejado e o que efetivamente acontece no contexto didático. Essa distância se deve, em grande parte, à ausência de uma **avaliação funcional sistemática das habilidades reais do aluno com deficiência**, que permita compreender como ele aprende, interage e responde às demandas educacionais em situações autênticas de sala de aula.

A ausência de avaliação funcional compromete a inclusão escolar porque reduz o PEI a um documento burocrático, sem conexão com dados observáveis e mensuráveis sobre o desempenho do estudante. Sem identificar pontos concretos de força e dificuldade por meio de instrumentos de avaliação funcional, professores e equipes multiprofissionais podem construir planos que não refletem as necessidades reais de aprendizagem, levando a estratégias pedagógicas inadequadas ou genéricas. Essa falta de alinhamento entre a avaliação e a intervenção pedagógica contribui para o **fracasso educacional de alunos com deficiência**, uma vez que as intervenções nem sempre são ajustadas a partir de evidências sobre o que o aluno já domina ou ainda não domina. Por isso, o autor Sousa (2023) alerta que o fracasso escolar não pode ser explicado de forma simplista ou individualizante, sendo necessário analisá-lo a partir de múltiplas dimensões.

Pesquisas em contextos educacionais internacionais mostram que a ausência de informação funcional leva a intervenções menos eficazes e impede que professores identifiquem as contingências ambientais que influenciam o desempenho e o comportamento do aluno (Woodley, 2011). Esse problema reflete uma prática educacional que ainda se baseia demasiadamente na intuição e em suposições sobre o aluno, em vez de utilizar dados de desempenho para orientar o ensino. Superar essa lacuna exige que a **avaliação funcional esteja no centro do PEI**, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de registrar, analisar e responder aos progressos reais de cada estudante.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de avaliação funcional e sua diferença em relação à avaliação tradicional

A avaliação no contexto educacional pode assumir diferentes propósitos e formatos, mas sua função central é fornecer informações relevantes sobre o processo de aprendizagem dos estudantes e orientar decisões pedagógicas. Enquanto a **avaliação tradicional** tende a se concentrar em instrumentos padronizados que comparam o desempenho dos alunos em relação a critérios externos ou a uma média de turma, a **avaliação funcional** prioriza a análise do desempenho do aluno em contextos reais de aprendizagem, observando como determinadas habilidades e comportamentos emergem, se mantêm ou se desenvolvem ao longo do tempo de forma individualizada.

A avaliação tradicional frequentemente resulta em classificações ou notas que refletem apenas um recorte pontual do desempenho do aluno, sem considerar as particularidades do processo de desenvolvimento de cada estudante, especialmente daqueles com deficiência. Em contrapartida, a avaliação funcional busca identificar relações entre o ambiente, as tarefas propostas e as respostas do aluno, possibilitando uma compreensão mais profunda das variáveis que influenciam seu progresso educacional e adaptativo.

Na educação especial, essa diferença é particularmente significativa, pois alunos com necessidades educacionais específicas apresentam trajetórias de aprendizagem e condições de resposta que não podem ser adequadamente capturadas por instrumentos tradicionais de avaliação. Nessa perspectiva, a ausência de avaliação funcional compromete a inclusão escolar, porque o ensino pode ser planejado sem dados concretos sobre as capacidades, dificuldades e ritmos de cada aluno, resultando em práticas pedagógicas que tratam todos os estudantes de forma homogênea e estatisticamente padronizada, em vez de reconhecer e responder às diferenças individuais. A inclusão escolar que não incorpora formas de avaliação mais contextualizadas e centradas no aluno tende a reproduzir modelos excludentes de ensino, pois não identifica adequadamente as

barreiras de aprendizagem e, por consequência, não propõe ajustes significativos no processo de ensino e aprendizagem.

O impacto de ensinar sem medir habilidades reais compromete a efetividade das intervenções educacionais, pois sem um diagnóstico funcional do desempenho, o planejamento pedagógico carece de base empírica para a definição de metas, escolha de estratégias e acompanhamento do progresso. Isso favorece a manutenção de práticas intuitivas e pouco eficazes, que podem conduzir ao fracasso pedagógico de alunos com deficiência ao longo do tempo, já que suas necessidades específicas não são corretamente detectadas ou consideradas no processo de ensino. Portanto, integrar a avaliação funcional como eixo central da prática educativa na educação especial não é apenas uma questão técnica, mas uma condição para que a inclusão produza resultados significativos e respeite a singularidade de cada aluno.

2.2 A avaliação baseada em habilidades adaptativas, acadêmicas e sociais

A avaliação de estudantes com necessidades educacionais especiais precisa ultrapassar o enfoque restrito das provas padronizadas e da simples mensuração de desempenho escolar, incorporando, de maneira integrada, o **levantamento das habilidades adaptativas, acadêmicas e sociais**. As habilidades adaptativas envolvem as competências que permitem ao indivíduo interagir de forma funcional com o seu ambiente cotidiano, como comunicação prática, autocuidado, socialização, autonomia e segurança, sendo essenciais para a participação ativa na vida escolar, familiar e comunitária. Essas dimensões adaptativas não se limitam a conteúdos curriculares, mas expressam a capacidade do aluno em usar seus repertórios em contextos reais, um aspecto crítico para a inclusão efetiva e a promoção de autonomia ao longo da vida. A avaliação de habilidades adaptativas possui interface direta com a educação especial, porquanto orienta o ajuste de objetivos pedagógicos que reflitam as exigências do cotidiano e não apenas os resultados de testes acadêmicos isolados.

Paralelamente, a avaliação de **habilidades acadêmicas** contempla indicadores específicos de competências curriculares como leitura, escrita, raciocínio lógico e resolução de problemas, que também precisam ser analisados à luz da

funcionalidade e do potencial de generalização dos aprendizados. A convergência entre avaliação adaptativa e acadêmica possibilita que educadores identifiquem, por meio de instrumentos diversificados, não apenas o que o aluno sabe fazer, mas também a forma como aplica esse conhecimento em situações diversas. Esse enfoque amplia a compreensão do perfil de aprendizagem, destacando lacunas e progressos que podem não ser perceptíveis em avaliações convencionais.

A dimensão das **habilidades sociais** — que envolve a capacidade de estabelecer e manter interações apropriadas, compreender regras sociais e colaborar em atividades coletivas — também desempenha papel determinante na inclusão escolar. Estudos demonstram que situações inclusivas favorecem a aquisição de comportamentos sociais adequados, os quais são fundamentais para a participação plena nos contextos de sala de aula e para a construção de vínculos com colegas e docentes. A avaliação dessas habilidades, por meio de instrumentos padronizados ou observações sistemáticas, oferece subsídios para o planejamento de intervenções que visem tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o socioemocional do estudante.

2.3 A relação entre avaliação funcional, ABA e ensino individualizado

A avaliação funcional, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e o ensino individualizado estão profundamente interligados como partes de um sistema educacional que busca compreender e responder às necessidades específicas de cada aluno, em especial daqueles com desenvolvimento atípico. A **avaliação funcional** consiste em coletar e analisar dados sobre o desempenho do aluno em situações reais de aprendizagem, identificando variáveis ambientais, antecedentes e consequências que influenciam comportamentos acadêmicos e sociais.

Esse tipo de avaliação não se limita à medição de acertos ou erros, mas explora *por que* determinados comportamentos ocorrem e como eles podem ser promovidos ou reduzidos de forma eficaz. Assim, ela se torna um elemento essencial na construção de intervenções educacionais contextualizadas e individualizadas, pois fornece a base empírica para decisões pedagógicas precisas, permitindo que práticas dirigidas sejam ajustadas de acordo com resposta observada do aluno.

A ABA utiliza princípios derivados da análise comportamental para orientar a intervenção educativa por meio de estratégias que amplificam comportamentos desejáveis e reduzem aqueles que interferem no aprendizado. A avaliação funcional é um componente central da ABA, pois identifica as funções de comportamentos observados e orienta a seleção de métodos de ensino mais adequados.

Sem esse tipo de avaliação, as intervenções comportamentais correm o risco de serem genéricas ou inadequadas, pois não consideram as funções específicas que mantêm um comportamento em determinado contexto. Ao integrar avaliação funcional e ABA, o ensino não apenas responde ao “o que ensinar”, mas também ao *como ensiná-lo* para maximizar a probabilidade de aprendizagem efetiva. Ibraba (2026).

O ensino individualizado, por sua vez, depende de dados robustos que descrevam o repertório atual do aluno, suas respostas a diferentes procedimentos de ensino e suas necessidades específicas em termos de instrução. A avaliação funcional, ao identificar repertórios já estabelecidos e lacunas de aprendizado, permite a elaboração de planos de ensino que são verdadeiramente personalizados, em vez de baseados em suposições ou rotinas padronizadas. Essa abordagem é particularmente importante em contextos de educação especial, onde as diferenças individuais são acentuadas e a simples adoção de práticas tradicionais pode não produzir impactos significativos.

Ao alinhar avaliação funcional, ABA e ensino individualizado, torna-se possível promover trajetórias educacionais mais eficazes, éticas e centradas no aluno, garantindo que cada intervenção responda de forma legítima às necessidades específicas do educando em sua realidade escolar.

2.4 PEI como instrumento dinâmico e orientado por dados

O Plano Educacional Individualizado (PEI) tem sido reconhecido na literatura educacional como um instrumento dinâmico e orientado por dados, capaz de orientar não apenas o planejamento pedagógico, mas também o acompanhamento contínuo das aprendizagens de estudantes com necessidades educacionais especiais. Diferentemente de um documento estático ou burocrático, o PEI deve ser concebido como um processo permanente de coleta, análise e utilização de

informações sobre o desempenho dos alunos, de modo que metas, estratégias e adaptações sejam ajustadas conforme a evolução observada ao longo do tempo. Essa perspectiva integrada confere ao PEI um caráter flexível, responsivo e centrado no aluno, favorecendo que as decisões pedagógicas sejam tomadas com base em evidências concretas extraídas do próprio contexto escolar, em vez de depender exclusivamente de julgamentos intuitivos do educador. (Silva, 2024 apud Baptista, 2015).

Estudos destacam que o PEI, quando orientado por dados, tem maior potencial para promover a inclusão escolar e a equidade educacional, pois possibilita que os objetivos de aprendizagem sejam definidos de forma específica, mensurável e contextualizada de acordo com as particularidades de cada estudante com deficiência. Essa abordagem exige a utilização sistemática de instrumentos de avaliação variados, registros de desempenho acadêmico e comportamental, bem como a reflexão crítica sobre os resultados observados, de modo que as metas estabelecidas possam ser revisadas e aperfeiçoadas ao longo do processo educativo. A construção colaborativa do PEI com a participação de professores, especialistas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e familiares reforça seu papel como ferramenta de suporte pedagógico que responde às necessidades individuais dos alunos. (Silva, 2024 apud Baptista, 2015)

Ao considerar o PEI como um instrumento baseado em dados, a educação especial se aproxima de práticas educacionais mais eficazes, capazes de justificar e ajustar intervenções pedagógicas com observações fundamentadas, auxiliando professores a identificar padrões de aprendizagem e necessidades emergentes. Isso implica que o monitoramento contínuo e a análise sistemática das informações coletadas orientam diretamente as decisões educativas, contribuindo para que o processo de ensino e aprendizagem seja verdadeiramente centrado no desenvolvimento real do estudante, em vez de ser guiado por pressupostos genéricos ou metas pré-estabelecidas sem conexão com a prática. (Silva, 2024 apud Baptista, 2015).

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem **qualitativa, descritiva e analítico-interpretativa**, fundamentada na análise de produções acadêmicas, documentos normativos e materiais técnicos sobre avaliação funcional, Plano Educacional Individualizado (PEI), ensino baseado em dados e práticas da educação especial. A investigação teve como foco compreender como o PEI pode operar como instrumento dinâmico, orientado por dados, articulando avaliação funcional, ensino individualizado e acompanhamento contínuo do progresso do aluno com deficiência.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais. Na primeira, realizou-se um **levantamento sistemático de publicações científicas, legislações educacionais e produções técnicas** relacionadas à avaliação funcional, ABA, habilidades adaptativas, ensino individualizado e uso de dados na educação especial. Esses materiais foram selecionados com base em critérios de relevância temática, consistência teórica e aplicabilidade educacional, buscando contemplar diferentes perspectivas sobre avaliação e planejamento pedagógico individualizado.

Na segunda etapa, procedeu-se à **análise qualitativa do conteúdo** desses documentos, por meio de leitura crítica, categorização temática e síntese interpretativa. Foram construídas categorias analíticas como: avaliação funcional, habilidades adaptativas, desempenho acadêmico, habilidades sociais, monitoramento de progresso e uso pedagógico de dados. Essas categorias permitiram examinar como os conceitos são operacionalizados na prática educacional e como se relacionam com a efetividade do PEI.

A partir dessa análise, foi elaborada uma **síntese integrada**, relacionando os achados teóricos às implicações práticas para o planejamento, a intervenção e o acompanhamento educacional de alunos com deficiência. O enfoque esteve na identificação de princípios, procedimentos e estratégias que favorecem a construção de PEIs baseados em evidências, com metas mensuráveis e acompanhamento sistemático do desempenho.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise do conjunto de produções científicas, documentos técnicos e referenciais educacionais permitiu identificar padrões consistentes sobre a centralidade da avaliação funcional e do uso de dados no funcionamento efetivo do Plano Educacional Individualizado (PEI). Os resultados evidenciam que, quando o PEI é estruturado a partir de informações objetivas sobre o repertório do aluno, seu progresso e suas dificuldades reais, ele deixa de ser um documento meramente formal e passa a atuar como um instrumento pedagógico vivo, orientador das práticas em sala de aula.

Observou-se que os modelos de PEI fundamentados em avaliação funcional apresentam maior precisão na definição de metas, pois estas passam a ser formuladas a partir de habilidades observáveis e mensuráveis. Isso possibilita que os objetivos não sejam genéricos, mas alinhados ao nível real de desempenho do aluno, contemplando tanto habilidades acadêmicas quanto adaptativas e sociais. Em contraste, os PEIs elaborados sem dados funcionais tendem a reproduzir expectativas curriculares padronizadas, frequentemente incompatíveis com o perfil do estudante, o que contribui para frustração, baixo engajamento e estagnação pedagógica.

Outro resultado relevante foi a constatação de que o uso sistemático de registros de desempenho — como frequência de respostas corretas, níveis de independência, tempo de execução de tarefas e generalização de habilidades — favorece ajustes contínuos nas estratégias de ensino. Essa prática permitiu identificar rapidamente quando uma intervenção não estava produzindo os efeitos esperados, possibilitando sua modificação antes que o aluno acumulasse fracassos. Assim, o PEI orientado por dados demonstrou maior capacidade de responder às necessidades emergentes do aluno ao longo do processo educativo.

Também foi possível observar que a integração entre avaliação funcional, princípios da ABA e ensino individualizado promove maior consistência entre o que é planejado e o que é efetivamente ensinado. Quando os dados orientam a seleção de procedimentos, o ensino se torna mais eficiente, pois cada estratégia é escolhida com base em evidências de eficácia para aquele perfil específico de aluno. Isso se

refletiu em maior progresso em habilidades acadêmicas básicas, aumento da autonomia e melhora nas interações sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a efetividade da educação especial depende, de forma decisiva, da adoção de práticas fundamentadas em avaliação funcional, uso sistemático de dados e planejamento pedagógico individualizado. O Plano Educacional Individualizado, quando concebido como instrumento dinâmico e orientado por evidências, assume um papel central na organização do ensino, pois permite que metas, estratégias e intervenções sejam continuamente ajustadas às necessidades reais do aluno com deficiência. Dessa forma, o PEI deixa de ser um documento formal para se tornar um mediador entre avaliação, ensino e aprendizagem.

Os resultados demonstram que ensinar sem medir compromete a inclusão escolar, uma vez que práticas pedagógicas baseadas apenas em expectativas curriculares ou em percepções subjetivas tendem a ignorar o repertório funcional do aluno. A ausência de dados objetivos sobre desempenho, autonomia e interação social fragiliza o processo educativo, gerando intervenções pouco eficazes e contribuindo para a manutenção de fracassos pedagógicos. Em contrapartida, quando a avaliação funcional orienta o planejamento, observa-se maior precisão na definição de objetivos, maior consistência entre o que é proposto e o que é ensinado, além de avanços mais claros nas habilidades acadêmicas, adaptativas e sociais.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de ampliar a formação dos professores e equipes multiprofissionais no uso de instrumentos de avaliação funcional e no monitoramento contínuo do progresso. Investigações futuras podem explorar, de forma empírica, como diferentes modelos de coleta e análise de dados impactam o desempenho dos alunos em contextos inclusivos. Também se mostra relevante desenvolver estudos longitudinais que acompanhem a evolução de estudantes cujos PEIs são sistematicamente orientados por dados, comparando seus resultados com aqueles de modelos tradicionais de planejamento.

Para concluir, aponta-se como desafio e oportunidade a consolidação de uma cultura escolar baseada em evidências, na qual decisões pedagógicas sejam sustentadas por informações confiáveis e contextualizadas. Avançar nessa direção significa fortalecer uma educação especial mais ética, eficiente e verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento integral e a participação social dos alunos com deficiência.

6 REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: Marquezine & Manzini, 2015. (referência contextual extraída no estudo de PEI, citada no trabalho de Silva, 2024)

DIVERSA. 2025. QUAL A DIFERENÇA ENTRE A AVALIAÇÃO TRADICIONAL E A INCLUSIVA? DIVERSA. Diversa – Educação Inclusiva, 2025. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-avaliacao-na-perspectiva-inclusiva/qual-a-diferenca-entre-a-avaliacao-tradicional-e-a-inclusiva/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

IBRABA, 2026. A importância da avaliação funcional na ABA. Instituto Brasileiro de ABA, 2024. Disponível em: <https://ibraba.com.br/a-importancia-da-avaliacao-funcional-na-aba/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

IJODAEP. 2025. Avaliação da autonomia de estudantes com deficiência intelectual em contexto escolar. Revista INFAD de Psicologia. InternationalJournalofDevelopmentalandEducationalPsychology, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2025.n1.v1.2832>. Acesso em: 11 jan. 2026.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Documento técnico sobre habilidades adaptativas em educação especial. Ministério da Educação, 1997 (revisado). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie9.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2026.

SANTOS, Maria Cleonice S. et al. O PEI como instrumento de inclusão e planejamento personalizado na educação especial. Revista Aracê, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/11228>. Acesso em: 14 jan. 2026.

SCIMAGO. 2020. HABILIDADES SOCIAIS DE PAIS, PROFESSORES E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM INCLUSÃO ESCOLAR. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 26(4), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/pmxwddx9qstq7gyW4pGfBDx/>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SILVA, Bruno Leonardo da. Plano educacional individualizado (PEI): um instrumento pedagógico para a promoção da inclusão e equidade escolar. Trabalho de Conclusão de Curso (2024). Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/5846>. Acesso em: 14 jan. 2026.

SOUSA, R. R. A. de . (2023). INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS CLÍNICAS: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E REFLEXÕES. In VISTACIEN REVISTA CIÊNCIA DO CONHECIMENTO (Vol. 1, Número 5, p. 150–159). VISTACIEN REVISTA CIÊNCIA DO CONHECIMENTO. <https://doi.org/10.5281/zenodo.18098803>. <https://vistacien.com.br/2023/12/11/publicacao-v-1-n-5-2023-11-12-2023/>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SOUSA, Rodger Roberto Alves de. Psicopedagogia em ação: explorando áreas de intervenção e impacto no desenvolvimento e aprendizagem. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 49, n. ed.especial, p. 935–950, 2024. DOI:10.5216/ia.v49ied.especial.78795. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/78795>. Acesso em: 9 jan. 2026.

SOUSA, Rodger Roberto Alves de. Psicopedagogia em ação: explorando áreas de intervenção e impacto no desenvolvimento e aprendizagem. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 49, ed. especial, p. 935–950, 2024. DOI:10.5216/ia.v49ied.especial.78795. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/78795>. Acesso em: 12 jan. 2026.

WOODLEY, Stephanie A. SpecialEducationTeachers' PerspectivesoftheFunctionalBehavior Assessment Process. Master'sThesis, Eastern Illinois University, 2011.